



Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 44/2025

Período: 29/11/2025 a 05/12/2025

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Procuradoria-Geral da República se manifestou positivamente ao pedido de prisão domiciliar apresentado pela defesa do general Augusto Heleno
- 2- Defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou recurso para reverter decisão de condenação do Supremo Tribunal Federal
- 3- Coluna opinativa abordou o recente capítulo de tentativa de golpe na história brasileira
- 4- Força Aérea Brasileira lançou o primeiro míssil com o novo caça Gripen, em teste próximo ao litoral do Rio Grande do Norte
- 5- Aumentou o número de militares expulsos por crimes de indignidade
- 6- Partido dos Trabalhadores busca alternativa para substituir a ação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem
- 7- Ex-ministro do GSI, general Augusto Heleno carrega histórico de participação em golpes de Estado
- 8- Em carta aberta, acadêmicos afirmaram que a prisão de Bolsonaro e militares é uma “inflexão histórica”
- 9- Diretora executiva do Fórum de Segurança Pública afirmou que “Exército se recusa a fazer um controle efetivo de fronteiras”
- 10- A preservação da memória ligada às ações de Bolsonaro e das Forças Armadas na trama golpista
- 11- A repressão cotidiana realizada pelos militares na ditadura
- 12- Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal anunciou início do julgamento do “núcleo dois” da trama golpista
- 13- Relatório do Senado sobre nova lei do impeachment propôs regras com validade para comandantes das Forças Armadas e autoridades governamentais

- 1- Procuradoria-Geral da República se manifestou positivamente ao pedido de prisão domiciliar apresentado pela defesa do general Augusto Heleno

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou favoravelmente ao pedido de prisão domiciliar apresentado pela defesa do general da reserva Augusto Heleno Ribeiro Pereira, condenado a 21 anos de prisão pelo STF em razão do envolvimento na trama golpista e que, desde o dia 25/11/2025, está detido no Comando Militar do Planalto em Brasília. Segundo Paulo Gonet, procurador-geral da República, a concessão do benefício tem caráter humanitário, haja vista a idade avançada do ex-ministro do Gabinete de

Segurança Institucional (GSI), de 78 anos, bem como a evolução da doença de Alzheimer, a qual estaria convivendo desde 2018, além de problemas gastrointestinais e hipertensão, expressos em relatório médico após exame de corpo de delito, o que justificaria assim a excepcionalidade da medida, com possibilidade de piora da condição médica caso se mantenha sob custódia militar. Apesar da afirmação de Héleno de conviver com o Alzheimer desde 2018, o *Correio Braziliense* apontou que a defesa apresentou que o diagnóstico só foi realizado este ano. Nesse sentido, em nova decisão, Alexandre de Moraes deu prazo de 15 dias para que Héleno seja submetido a perícia médica para comprovar o diagnóstico da doença. Segundo a *Folha de S. Paulo*, em petição apresentada no dia 29/11/2025, a defesa de Héleno alegou que a afirmação do general sobre o diagnóstico em 2018 decorreu de um equívoco por parte do perito que o questionou, já que sua condição de saúde não permite precisão de marcos temporais. Além disso, a defesa apresentou uma linha do tempo do histórico psiquiátrico de Héleno, na qual os primeiros sintomas se iniciaram no fim de 2022, com o diagnóstico definitivo acontecendo em 2025. Embora seja incomum a prisão domiciliar para crimes graves, é proporcional à faixa etária e ao quadro de saúde do militar. Convém destacar que, em casos de grave doença e necessidade de cuidados médicos que não podem ser oferecidos pelo sistema prisional, a Justiça permite a substituição da prisão comum. Segundo a *Folha* e *O Estado de S. Paulo*, Moraes determinou que a defesa de Héleno apresente até o dia 05/12/2025 documentos sobre o estado de saúde do militar e o diagnóstico de demência mista, composto por alzheimer e demência vascular. O ministro considerou a documentação enviada até o dia 30/11/2025 insuficiente para justificar os pedidos de flexibilização de pena. Segundo Moraes, o documento enviado é de 2024 e não possibilita avaliar se o diagnóstico já existe desde 2018. A defesa do general alegou que todas informações de saúde durante seu tempo como ministro foram informadas à Presidência da República. Moraes ainda esclareceu que durante interrogatório, Héleno respondeu a todas as perguntas, sem nenhuma dificuldade cognitiva. Além disso, como resposta ao posicionamento da PGR no caso de Augusto Héleno, o vereador Carlos Bolsonaro declarou na rede social X uma série de complicações de saúde de seu pai, Jair Bolsonaro, as quais supostamente possuem comprovação médica e foram enviadas ao STF. Além do "refluxo gastroesofágico com esofagite", Bolsonaro sofre de "soluços incoercíveis com refluxos constantes gerando vômitos, pressão alta". Abordando ainda este tema, de acordo com o jornalista Hélio Schwartsman, em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, a partir do caso do general Augusto Héleno, que se tornou ministro depois de descobrir a doença de Alzheimer, questiona-se a possibilidade de existir algum controle para impedir que uma pessoa com declínio cognitivo ocupe postos políticos. Em seguida, o que sugere é a submissão de candidatos a postos eletivos ou de livre nomeação a testes cognitivos e de personalidade, porém, dessa forma, a medicina teria o poder de decisão sobre quem pode ou não ser escolhido ao cargo político. Portanto, ao final da coluna, Schwartsman destacou a ideia de que a "democracia é um contrato de risco" e que "inelegibilidades precisam ter como base delitos cometidos, não riscos imaginados". (Correio Braziliense - Política - 29/11/25; Correio Braziliense - Política - 01/12/25; Correio Braziliense - Política - 02/12/25; Folha de S. Paulo - Política - 29/11/25; Folha de S. Paulo - Opinião - 29/11/25; Folha de S. Paulo - Política - 30/11/25; Folha de S. Paulo -

Política - 02/12/25; O Estado de S. Paulo - Política - 30/11/25; O Estado de S. Paulo - Política - 02/12/25)

2- Defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou recurso para reverter decisão de condenação do Supremo Tribunal Federal

Os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram amplamente a interposição de recurso apresentada pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de prisão por participação na trama golpista. No dia 28/11/2025, a defesa entrou com o pedido de embargos infringentes, ou seja, um recurso cabível quando não há unanimidade nas decisões definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Entretanto, segundo a jurisprudência da Corte, só em caso de divergência com dois votos, é admitido esse tipo de recurso, o que não ocorreu na ocasião, visto que apenas o ministro Luiz Fux votou pela nulidade da ação penal e pela absolvição do ex-presidente e dos outros membros da trama golpista. Além disso, os advogados caracterizaram como “erro judiciário” a decisão de adiar o trânsito em julgado do processo antes do fim do prazo legal para a oposição dos embargos e sugeriram que a medida deveria ser revista. Convém destacar que, no dia 25/11/2025, o ministro Alexandre de Moraes anunciou o trânsito em julgado da ação penal e tornou oficial a condenação definitiva do ex-presidente Jair Bolsonaro, o qual permanece detido na Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Conforme publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a defesa apontou para a violação do Tratado de São José da Costa Rica diante da antecipação do trânsito em julgado, o qual “estabelece expressamente o ‘direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior’”. Por fim, segundo apresentado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a defesa de Bolsonaro mencionou a diferença na forma de conduzir os casos de Fernando Collor e da cabeleireira Débora dos Santos pela Corte. Em ambas as situações, os embargos infringentes foram apresentados e, depois de uma análise, foram rejeitados e não foi antecipado o trânsito em julgado, como no caso de Bolsonaro. (Correio Braziliense - Política - 29/11/25; Folha de S. Paulo - Política - 29/11/25; O Estado de S. Paulo - Política - 29/11/25)

3- Coluna opinativa abordou o recente capítulo de tentativa de golpe na história brasileira

Em coluna opinativa ao periódico *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf evidenciou o fim do longo ciclo de tentativas de golpe militar na história brasileira, com a oficialização do trânsito em julgado do processo por tentativa de golpe após as eleições presidenciais de 2022 e o início do cumprimento de pena, declarado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Além de quatro oficiais da alta patente e um capitão (ex-presidente Jair Bolsonaro), Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência, também foi condenado. Entretanto, por um descuido das autoridades brasileiras, este último fugiu para os Estados Unidos, sem notificar a Câmara de Deputados. Estreando uma nova rota, contrária à utilizada pelos cubanos que chegam ao Brasil, Stumpf supôs que Ramagem tenha obtido auxílio de terceiros. Em seguida, Stumpf indicou que o “terremoto ocorrido nesta semana” dispõe de todos os recursos para “encerrar uma longuíssima queda de

braço entre civis e militares". Por isso, ele realizou uma retrospectiva histórica desde o golpe de 1964, que marcou a tomada de poder pelos militares e uma série de medidas de exceção. Com a transição política, aos poucos, foram surgindo novos partidos e novos candidatos, mas "nada acalmou a extrema direita brasileira". Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, surgiu uma possibilidade na perspectiva radical. Entre seus feitos, o autor destacou os elogios proferidos à ditadura, o negacionismo diante da pandemia Covid-19, a aclamação em discursos públicos por um golpe de Estado, a desobediência ao não cumprir leis e o desrespeito ao Supremo Tribunal Federal, instância jurídica máxima do país. Junto a outros militares, planejaram um golpe porque "não conseguiram ganhar a eleição no voto"; porém, "perderam na tentativa de golpe por deixar rastro por onde caminharam". Assim, o capítulo recente da longa história brasileira de golpes militares foi encerrado, mas Stumpf advertiu que é preciso nos mantermos em alerta. (Correio Braziliense - Opinião - 29/11/25)

4- Força Aérea Brasileira lançou o primeiro míssil com o novo caça Gripen, em teste próximo ao litoral do Rio Grande do Norte

Conforme o periódico *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) efetuou o primeiro lançamento de míssil com seu novo caça sueco Saab Gripen. No dia 27/11/2025, o míssil de modelo Meteor, um dos mais avançados do tipo na América Latina, disparou contra um drone, da fabricante italiana Leonardo, o qual simulou manobras como um pequeno caça subsônico, próximo à costa do Rio Grande do Norte. Segundo o comandante da base aérea de Natal, "o lançamento foi o cenário perfeito para verificar e testar como o binômio Gripen e Meteor são eficientes na guerra aérea moderna e contra qualquer tipo de vetor". Em razão da não divulgação dos custos e nem das quantidades pela FAB, de acordo com as estimativas do Instituto Internacional de Pesquisas de Paz de Estocolmo (Sipri), a compra de mísseis correspondeu a 200 milhões de euros para cem unidades, o que é coerente com o preço citado do mercado para o modelo Meteor, equivalente a 2,4 milhões de euros por peça. O jornal destacou que, em 2014, o governo brasileiro encomendou 36 aviões F-39 Gripen, da empresa sueca Saab, e estes já deveriam ter sido entregues no ano passado, segundo o cronograma inicial, incluindo as quinze aeronaves a serem desenvolvidas pela Embraer. Porém, a nova previsão é de entrega final em 2032. Já foram entregues 11 unidades do avião ao Brasil, todos localizados na Base Aérea Anápolis (BAAN), em Goiás, sob responsabilidade do 1º Grupo de Defesa Aérea (GDA). De acordo com a *Folha*, a base foi inaugurada em 1972, para proteger a capital, já que está localizada a cinco minutos de Brasília em voo com Gripen. Porém, teve que ser reformada por causa dos novos caças, prezando por questões de segurança e sigilo de informações de segredo de Estado e de defesa nacional. A FAB está considerando a possibilidade de comprar até 12 Gripen da geração anterior a fim de recompor a frota. A questão é que o Gripen está sendo muito demandado, especialmente pela Ucrânia, devido à guerra. Além do Brasil, Suécia, Tailândia e Colômbia também encomendaram aviões da geração E/F que vão ser produzidos em conjunto entre Saab e Embraer. Por fim, a FAB fará um teste similar com o canhão alemão de 27 mm do Gripen, no mar próximo ao Rio de Janeiro. Assim, o avião completará sua certificação para entrar em embate real a partir de 2026. (Folha de S. Paulo - Política - 29/11/25; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 01/12/25)

5- Aumentou o número de militares expulsos por crimes de indignidade

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, desde 2018, o Supremo Tribunal Militar (STM), através do Conselho de Justificação e Representação por Indignidade, julgou 93 casos de militares que foram acusados de crimes que englobam estelionato, peculato, corrupção passiva, estupro de vulnerável e porte ilegal de arma. A condenação por esses crimes pode resultar na perda de posto e de patente de oficiais das Forças Armadas. Diante da participação na trama golpista, o capitão Jair Bolsonaro, os generais Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e Walter Braga Netto, além do almirante Almir Garnier, devem ser alvo de representação da Procuradoria-geral do Ministério Público Militar e podem perder seus cargos militares. O *Correio* reforçou que essa seria a primeira vez na história do país que um general, almirante ou brigadeiro perderia o título. Dos 94 casos julgados desde 2018, 86% deles resultaram em perda de patente, sendo 66% de membros do Exército, 17% são da Marinha e os outros 17% da Aeronáutica. (*Correio Braziliense* - Cidades - 30/11/25; *O Estado de S. Paulo* - Política - 30/11/25)

6- Partido dos Trabalhadores busca alternativa para substituir a ação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a cartilha de segurança pública “Brasil Seguro, Família Protegida”, elaborada pela Fundação Perseu Abramo, pode servir de base para o Partido dos Trabalhadores (PT) estruturar um projeto de criação de Guarda Nacional Civil, com o objetivo de substituir as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), atualmente administrada pelas Forças Armadas. A constituição dessa Guarda Nacional ocorreria por ingresso através de concurso público, para atuação em todo o território nacional. O documento ainda reforçou que a criação desse órgão por meio de emenda à constituição garantiria uma nova força policial capaz de agir em todo o território nacional, em especial na Amazônia Legal, ao passo que retirariam o poder de policiamento das Forças Armadas, concedido através das operações de GLO. A cartilha discute políticas públicas de “redução da violência, combate ao crime organizado, e a eliminação de assaltos e furtos”, o que dá protagonismo ao PT, visto que são temas que já estavam presentes na agenda do partido. O documento também recomendou a recriação do Ministério da Segurança Pública, extinto no governo Bolsonaro e anexado ao Ministério da Justiça, e a duplicação das penitenciárias federais de segurança máxima de cinco para dez. (Folha de S. Paulo - Política - 30/11/25)

7- Ex-ministro do GSI, general Augusto Heleno carrega histórico de participação em golpes de Estado

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari discorreu sobre o histórico do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Segundo o autor, o militar, em 21/10/1977, era ajudante de general Sílvio Frota, que havia sido demitido pelo ex-presidente Ernesto Geisel naquele dia. Na época, Heleno buscou contato com o general Fernando Bethlem para convocá-lo para uma reunião em que

Frota pretendia prender Geisel. Sem sucesso, visto que o general Bethlem estava sendo empossado ministro do Exército. A partir daí, Heleno passou a ser monitorado pelo Serviço Nacional de Informações. Em 2018, ano em que supostamente foi diagnosticado com Alzheimer, o ex-ministro disse que reclamações iriam surgir a respeito dos direitos humanos nas ações militares no Rio de Janeiro, e que para se falar de direitos humanos, estes deveriam primeiro ser garantidos aos humanos direitos. Ele ainda complementou dizendo que a Colômbia estava na situação que enfrentava naquele momento por não ter feito o que o Brasil fez no Araguaia, referenciando ao momento em que o Exército matou combatentes rendidos. O autor finalizou a coluna lembrando uma fala do militar na reunião em que se decidiu sobre o golpe do 08/01/2023: "Não vai ter revisão do VAR. Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa é antes das eleições". O ex-ministro foi condenado pela trama que buscava dar o golpe após as eleições de 2022. (Folha de S. Paulo - Política - 30/11/25).

8- Em carta aberta, acadêmicos afirmaram que a prisão de Bolsonaro e militares é uma “inflexão histórica”

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, acadêmicos afirmam, no documento intitulado “Carta Aberta sobre o significado histórico de 25 de novembro de 2025”, que a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro e dos generais da reserva do Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e Walter Braga Netto e do ex-comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, é acontecimento inédito na democracia brasileira, representando “inflexão histórica”. A carta foi organizada por Beatriz Rey, doutora em ciência política e pesquisadora na Universidade de Lisboa, e Lucas Paulino, advogado e doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de contar com assinaturas de diversos outros intelectuais. De acordo com o documento, a responsabilização de militares, “figuras outrora intocáveis”, é demonstração de um aprendizado institucional raro, destacando o caráter histórico de tutela militar do país, com “intervenção abusiva dos militares na vida democrática, seja explícita, seja silenciosa”. (Folha de S. Paulo - Política - 01/12/25)

9- Diretora executiva do Fórum de Segurança Pública afirmou que “Exército se recusa a fazer um controle efetivo de fronteiras”

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* refletiu sobre as declarações de Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), sobre a atuação do Exército no controle de fronteiras com Colômbia, Bolívia e Peru, no que tange ao narcotráfico. A diretora afirmou que a atuação está prevista na Constituição, porém o Exército se recusa a cumprir esse papel. Segundo Samira, o FBSP defende a criação do Ministério da Segurança Pública. Porém, de acordo com o periódico, a medida é inviabilizada por divisões no governo. (O Estado de S. Paulo - Coluna do Estadão - 01/12/25)

10- A preservação da memória ligada às ações de Bolsonaro e das Forças Armadas na trama golpista

Em coluna opinativa publicada no periódico *Folha de S. Paulo*, Ruy Castro, jornalista e escritor, discorreu acerca da prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro e dos demais integrantes das Forças Armadas que participaram da trama golpista, como Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e Walter Braga Netto. Na coluna, Castro refletiu sobre a presidência de Jair Bolsonaro e chegou à conclusão de que ele se tornaria o homem mais perigoso da história republicana brasileira. Destacou que caso vencesse as eleições, Bolsonaro se recusaria a sair do cargo e “só sairia morto”. Ao analisar a condenação, Castro avaliou que é necessário que continuemos a falar sobre Jair Bolsonaro, Augusto Heleno, Braga Netto e Almir Garnier e que nunca devemos nos esquecer deles para que não surjam novos Bolsonaros e para que as Forças Armadas não sejam mais preenchidas por aqueles que rebaixaram as suas fardas em prol de um indivíduo que nunca honrará a dele. Por fim, o jornalista afirmou que o tema Bolsonaro deveria fazer parte do currículo de ensino básico, já que os filhos daqueles que morreram de COVID-19 possuem o direito de saber que seus responsáveis morreram porque ele lhes negou a vacina. (Folha de S. Paulo - Opinião - 03/12/25)

11- A repressão cotidiana realizada pelos militares na ditadura

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), em decisão unânime, reconheceu o ex-jogador do Atlético Mineiro e da Seleção Brasileira, José Reinaldo de Lima, como vítima de perseguição política da ditadura militar (1964-1985), o qual receberá a condição de anistiado político e uma indenização de R\$ 100 mil. Reinaldo foi monitorado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e perseguido por comemorar seus gols com o punho cerrado para o alto, gesto utilizado pelas Panteras Negras no movimento dos direitos civis estadunidenses. Contudo, para os militares e para a Confederação Brasileira de Desportos, aquele gesto era uma mensagem perigosa para os torcedores e demais jogadores. Mesmo perseguido, o atleta continuou a realizar o gesto, assim contrariando o controle social imposto pelo regime. De acordo com Reinaldo, o objetivo dessa difamação e perseguição era “destruir sua reputação”, fato que gerou angústia, estresse e tirou muitas oportunidades, como a não convocação para a Copa de 1982. A repressão sofrida pelo ex-jogador demonstra outra face da repressão brasileira, ou seja, aquela que retrata a violência cotidiana, que atingia não apenas militantes, mas também o cidadão comum que rompia com o padrão simbólico imposto pelo regime. O jornal *Folha de S. Paulo* fez ainda uma comparação com o filme “O agente secreto”, de Kleber Mendonça Filho, premiado no New York Film Critics Circle Awards, em que o personagem de Wagner Moura, premiado como melhor ator, enfrenta esse mesmo tipo de repressão durante a ditadura militar. Ou seja, a vigilância e violência institucional do cotidiano brasileiro, sendo essa peça fundamental para compreender a violência presente ainda hoje na sociedade. O periódico citou como exemplo a atuação da Scuderie Le Cocq, “esquadrão da morte”, composto por policiais que agiam como justicieros, que deu origem à frase “bandido bom é bandido morto”. Essa organização atuava à margem do Estado e era resultado de uma política de segurança que validava execuções sumárias. O resultado disso é o desenvolvimento de uma dupla máquina de repressão durante os anos de chumbo, a qual por um lado, os esquadrões da

morte matavam a céu aberto, e de outro aparelhos clandestinos assassinavam no escuro. A ditadura aperfeiçoou e institucionalizou essas violências, utilizando-as no combate a inimigos declarados e imaginários. Desse modo, fortalecendo a ideia que a repressão foi política, cultural, simbólica e pedagógica e que o Estado esculpia comportamentos para controlar a sociedade brasileira. (Correio Braziliense - Política - 03/12/2025)

12- Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal anunciou início do julgamento do “núcleo dois” da trama golpista

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou em 09/12/2025 o julgamento do último grupo investigado por tentativa de golpe de Estado. O chamado “núcleo 2” da trama golpista é composto por seis indivíduos: Fernando de Sousa Oliveira, delegado da Polícia Federal (PF); Filipe Martins, deputado federal e ex-assessor do então presidente da República Jair Bolsonaro; Marcelo Costa Câmara, ex-assessor do então presidente Bolsonaro e coronel da reserva do Exército; Marília Ferreira de Alencar, delegada e ex-diretora de Inteligência da PF; Mário Fernandes, general da reserva do Exército; e Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal. A análise do caso, que será conduzida em quatro datas durante o mês de dezembro, julgará os réus pelas acusações centrais de participação na elaboração da minuta do golpe de estado, articulação para prejuízos aos eleitores da região Nordeste do Brasil durante as eleições de 2022, e pelo monitoramento e proposta de neutralização de autoridades. (Correio Braziliense - Política - 05/12/25)

13- Relatório do Senado sobre nova lei do *impeachment* propôs regras com validade para comandantes das Forças Armadas e autoridades governamentais

Conforme o periódico *Folha de S. Paulo*, foi divulgado no dia 05/12/2025 o texto correspondente à nova lei de *impeachment* que poderá ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado a partir das próximas semanas, em resposta à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, sobre concessão exclusiva do direito de solicitação de deposição para ministros do STF à Procuradoria-Geral da República (PGR). O relatório apresentado pelo senador Weverton Rocha (PDT-MA), que servirá de base para a discussão no colegiado no dia 10/12/2025, estipulou a possibilidade de apresentação de pedidos de *impeachment* por entidades de classe, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por partidos políticos presentes com representação no Congresso Nacional, além de iniciativa popular a nível federal, com um mínimo de 1,56 milhão de assinaturas. Para além dos ministros do STF, as regras propostas também teriam validade para juízes, integrantes do Ministério Público, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais, bem como comandantes das Forças Armadas. Otto Alencar (PSD-BA), o presidente da CCJ no Senado, indicou que o relatório será analisado pelos integrantes da comissão e, posteriormente, pelo plenário do Senado e pela Câmara, embora tenha afirmado que o projeto dificilmente seria votado ainda em 2025. (Folha de S. Paulo - Política - 05/12/25)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira

Camila Mika Ozassa Sawada

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabricio

Giovanna Pereira dos Santos

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabela Lopes Banfada da Silva

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Lucas Biagini Muniz e Borges

Luisa Rajczuk Quege

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Sala

Nicole Souza Aguiar

Pedro Levi Negromonte de Lima

Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim